

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de Técnico Judiciário Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'J10', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O verdadeiro homem mede a sua força,
quando se defronta com o obstáculo.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, considere o poema abaixo do escritor piauiense Mário Faustino.

*Esse estoque de amor que acumulei
Ninguém veio comprar a preço justo.
Preparei meu castelo para um rei
Que mal me olhou, passando, e a quanto custo.*

*Meu tesouro amoroso há muito as traças
Comeram, secundadas por ladrões.
A luz abandonou as ondas lassas
De refletir um sol que só se põe*

*Sozinho. Agora vou por meus infernos
Sem fantasma buscar entre fantasmas.
E marcho contra o vento, sobre eternos*

*Desertos sem retorno, onde olharás
Mas sem o ver, estrela cega, o rastro
Que até aqui deixei, seguindo um astro.*

(FAUSTINO, Mário. **O homem e sua hora**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009)

1. Na 1ª estrofe, o tratamento dispensado pelo rei ao eu lírico caracteriza-se pela
 - (A) curiosidade.
 - (B) complacência.
 - (C) indiferença.
 - (D) comiseração.
 - (E) deferência.

2. No poema, o eu lírico dirige-se, mediante vocativo, a
 - (A) *meu castelo* (1ª estrofe)
 - (B) *estrela cega* (4ª estrofe)
 - (C) *tesouro amoroso* (2ª estrofe)
 - (D) *ondas lassas* (2ª estrofe)
 - (E) *meus infernos* (3ª estrofe)

3. Verifica-se rima (ou seja, coincidência final de sons) entre palavras de mesma classe gramatical em
 - (A) *justo/custo* (1ª estrofe).
 - (B) *acumulei/rei* (1ª estrofe).
 - (C) *rastro/astro* (4ª estrofe).
 - (D) *traças/lassas* (2ª estrofe).
 - (E) *infernos/eternos* (3ª estrofe).

4. *Esse estoque de amor que acumulei* / *Ninguém veio comprar a preço justo*. (versos 1 e 2)
Em relação à oração centrada na locução verbal “veio comprar”, a expressão sublinhada exerce a função sintática de
 - (A) adjunto adnominal.
 - (B) objeto indireto.
 - (C) sujeito.
 - (D) objeto direto.
 - (E) adjunto adverbial.



Atenção: Para responder às questões de números 5 a 13, leia a crônica “Tatu”, de Carlos Drummond de Andrade.

O luar continua sendo uma graça da vida, mesmo depois que o pé do homem pisou e trocou em miúdos a Lua, mas o tatu pensa de outra maneira. Não que ele seja insensível aos amavios do plenilúnio; é sensível, e muito. Não lhe deixam, porém, curtir em paz a claridade noturna, de que, aliás, necessita para suas expedições de objetivo alimentar. Por que me caçam em noites de lua cheia, quando saio precisamente para caçar? Como prover a minha subsistência, se de dia é aquela competição desvairada entre bichos, como entre homens, e de noite não me dão folga?

Isso aí, suponho, é matutado pelo tatu, e se não escapa do interior das placas de sua couraça, em termos de português, é porque o tatu ignora sabiamente os idiomas humanos, sem exceção, além de não acreditar em audiência civilizada para seus queixumes. A armadura dos bípedes é ainda mais invulnerável que a dele, e não há sensibilidade para a dor ou a problemática do tatu.

Meu amigo andou pelas encostas do Corcovado, em noite de prata lunar, e conseguiu, por artimanhas só dele sabidas, capturar vivo um tatu distraído. É, distraído. Do contrário não o pegaria. Estava imóvel, estático, fruindo o banho de luz na folhagem, essa outra cor que as cores assumem debaixo da poeira argentina da Lua. Esquecido das formigas, que lhe cumpria pesquisar e atacar, como quem diz, diante de um motivo de prazer: “Daqui a pouco eu vou trabalhar; só um minuto mais, alegria da vida”, que- dou-se à mercê de inimigos maiores. Sem pressentir que o mais temível deles andava por perto, em horas impróprias à deambulação de um professor universitário.

– Mas que diabo você foi fazer naqueles matos, de madrugada?

– Nada. Estava sem sono, e gosto de andar a esmo, quando todos roncam.

Sem sono e sem propósito de agredir o reino animal, pois é de feitio manso, mas o velho instinto cavernal acordou nele, ao sentir qualquer coisa a certa distância, parecida com a forma de um bicho. Achou logo um cipó bem forte, pedindo para ser usado na caça; e jamais tendo feito um laço de caçador, soube improvisá-lo com perícia de muitos milhares de anos (o que a universidade esconde, nas profundas camadas do ser, e só permite que venha aflorar em noite de lua cheia!).

Aproximou-se sutil, laçou de jeito o animal desprevenido. O coitado nem teve tempo de cravar as garras no laçador. Quando agiu, já este, num pulo, desviara o corpo. Outra volta no laço. E outra. Era fácil para o tatu arrebentar o cipó com a força que a natureza depositou em suas extremidades. Mas esse devia ser um tatu meio parvo, e se embaraçou em movimentos frustrados. Ou o sereno narrador mentiu, sei lá. Talvez o tenha comprado numa dessas casas de suplício que há por aí, para negócio de animais. Talvez na rua, a um vendedor de ocasião, quando tudo se vende, desde o mico à alma, se o PM não ronda perto.

Não importa. O caso é que meu amigo tem em sua casa um tatu que não se acomodou ao palmo de terra nos fundos da casa e tratou de abrigar longa escavação que o conduziu a uma pedreira, e lá faz greve de fome. De lá não sai, de lá ninguém o tira. A noite perdeu para ele seu encanto luminoso. A ideia de levá-lo para o zoológico, aventada pela mulher do caçador, não frutificou. Melhor reconduzi-lo a seu hábitat, mas o tatu se revela profundamente contrário a qualquer negociação com o bicho humano, que pensa em apelar para os bombeiros a fim de demolir o metrô tão rapidamente feito, ao contrário do nosso, urbano, e salvar o infeliz. O tatu tem razões de sobra para não confiar no homem e no luar do Corcovado.

Não é fábula. Eu compreendo o tatu.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond. **Os dias lindos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013)

5. No desfecho da crônica, o cronista revela, em relação ao tatu, um sentimento de

- (A) empatia.
- (B) desconfiança.
- (C) superioridade.
- (D) soberba.
- (E) desdém.



6. O cronista manifesta-se explicitamente no texto no seguinte trecho:
- (A) *Isso aí, suponho, é matutado pelo tatu* (2º parágrafo)
 - (B) *A armadura dos bípedes é ainda mais invulnerável que a dele* (2º parágrafo)
 - (C) *Estava imóvel, estático, fruindo o banho de luz na folhagem* (3º parágrafo)
 - (D) *Sem sono e sem propósito de agredir o reino animal* (6º parágrafo)
 - (E) *A noite perdeu para ele seu encanto luminoso* (8º parágrafo)
-
7. O cronista lança mão da figura de linguagem conhecida como personificação no seguinte trecho:
- (A) *jamais tendo feito um laço de caçador, soube improvisá-lo com perícia de muitos milhares de anos* (6º parágrafo)
 - (B) *A armadura dos bípedes é ainda mais invulnerável que a dele* (2º parágrafo)
 - (C) *Sem sono e sem propósito de agredir o reino animal, pois é de feitio manso, mas o velho instinto cavernal acordou nele, ao sentir qualquer coisa a certa distância, parecida com a forma de um bicho* (6º parágrafo)
 - (D) *o tatu ignora sabiamente os idiomas humanos, sem exceção, além de não acreditar em audiência civilizada para seus queixumes* (2º parágrafo)
 - (E) *O caso é que meu amigo tem em sua casa um tatu* (8º parágrafo)
-
8. O termo que qualifica o substantivo na expressão *feitio manso* (6º parágrafo) tem sentido equivalente ao termo que qualifica o substantivo em:
- (A) *encanto luminoso* (8º parágrafo).
 - (B) *audiência civilizada* (2º parágrafo).
 - (C) *velho instinto* (6º parágrafo).
 - (D) *profundas camadas* (6º parágrafo).
 - (E) *sereno narrador* (7º parágrafo).
-
9. Retoma um termo mencionado anteriormente na crônica a palavra sublinhada em:
- (A) *Eu compreendo o tatu.* (9º parágrafo)
 - (B) *“Daqui a pouco eu vou trabalhar; só um minuto mais, alegria da vida”, quedou-se à mercê de inimigos maiores.* (3º parágrafo)
 - (C) *Talvez o tenha comprado numa dessas casas de suplício que há por aí, para negócio de animais.* (7º parágrafo)
 - (D) *Talvez na rua, a um vendedor de ocasião, quando tudo se vende, desde o mico à alma, se o PM não ronda perto.* (7º parágrafo)
 - (E) *Nada. Estava sem sono, e gosto de andar a esmo, quando todos roncam.* (5º parágrafo)
-
10. Em *Não lhe deixam, porém, curtir em paz a claridade noturna, de que, aliás, necessita para suas expedições de objetivo alimentar* (1º parágrafo), os termos sublinhados referem-se, respectivamente, a
- (A) “tatu” e “tatu”.
 - (B) “homem” e “tatu”.
 - (C) “claridade noturna” e “tatu”.
 - (D) “tatu” e “claridade noturna”.
 - (E) “homem” e “claridade noturna”.



11. *o tatu ignora sabiamente os idiomas humanos, sem exceção, além de não acreditar em audiência civilizada para seus queixumes* (2º parágrafo)

No contexto em que se insere, a expressão sublinhada expressa ideia de

- (A) concessão.
- (B) adição.
- (C) causa.
- (D) consequência.
- (E) proporção.

12. – [...] *que [...] você foi fazer naqueles matos [...]*?” (4º parágrafo)

Transposto para o discurso indireto, o trecho acima assumirá a seguinte redação:

- (A) O cronista perguntou ao amigo o que ele tinha ido fazer naqueles matos.
- (B) O cronista perguntou ao amigo: – O que você haveria de fazer naqueles matos?
- (C) O cronista perguntou ao amigo o que ele ia fazer naqueles matos.
- (D) O cronista perguntou ao amigo: – O que você iria fazer naqueles matos?
- (E) O cronista perguntou ao amigo o que ele iria fazer naqueles matos.

13. A coesão textual se dá pela supressão de um substantivo que pode ser facilmente subentendido pelo contexto linguístico em:

- (A) *O tatu tem razões de sobra para não confiar no homem* (8º parágrafo).
- (B) *Meu amigo andou pelas encostas do Corcovado* (3º parágrafo).
- (C) *O caso é que meu amigo tem em sua casa um tatu* (8º parágrafo).
- (D) *Ou o sereno narrador mentiu* (7º parágrafo).
- (E) *A armadura dos bípedes é ainda mais invulnerável que a dele* (2º parágrafo).

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região

14. Em conformidade com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, o Presidente do Tribunal

- (A) não proferirá voto na apreciação de matéria administrativa.
- (B) possui atribuição de despachar os recursos interpostos das decisões do Tribunal, exceto de revista, negando ou admitindo-lhes seguimento, com a devida fundamentação.
- (C) deve homologar as desistências nos dissídios coletivos, na forma da lei, após serem distribuídos.
- (D) ou o seu substituto legal proferirá voto em último lugar na apreciação de matéria administrativa, prevalecendo o seu voto em caso de empate.
- (E) ou o seu substituto legal proferirá voto em primeiro lugar na apreciação de matéria administrativa, prevalecendo o seu voto em caso de empate.

15. Considere:

- I. As questões de natureza administrativa, exceto quando se tratar de direitos ou interesses dos magistrados.
- II. Os recursos ordinários interpostos em mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data* de competência originária das Varas do Trabalho.
- III. Julgar os recursos interpostos contra decisões dos juízes de Vara do Trabalho, na fase de conhecimento, em ações civis públicas e ações civis coletivas.

Em conformidade com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, compete ao Tribunal Pleno, além de outras matérias, em grau de recurso, o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) III.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Três amigas, Ana, Bruna e Cristina trabalham no mesmo escritório e estão planejando suas próximas férias. Elas decidiram ir para países diferentes em meses diferentes: janeiro, fevereiro ou março. Ana irá para Alemanha. Quem escolheu viajar para França irá em janeiro. Cristina irá para Portugal e não viajará em março. Conclui-se que
- (A) Ana viaja em fevereiro para a Alemanha.
 - (B) Bruna viaja em março.
 - (C) Cristina viaja em fevereiro.
 - (D) Cristina viaja para França em janeiro.
 - (E) Bruna viaja em fevereiro para Portugal.
-
17. Uma empresa de construção possui 48 funcionários divididos igualmente em 4 setores. No setor da Engenharia, $\frac{2}{3}$ são formados em Engenharia Civil sendo metade desses mulheres. No setor de Contabilidade todos os funcionários são homens, no setor de Administração $\frac{1}{4}$ dos funcionários são mulheres e, finalmente, no setor de Arquitetura, metade são mulheres. No máximo, o número de mulheres dentre os 48 funcionários é
- (A) 31.
 - (B) 17.
 - (C) 25.
 - (D) 13.
 - (E) 12.
-
18. Com 2 tiras de papel de mesma largura e comprimento é possível formar uma tira de 80 cm de comprimento, sendo que as tiras ficam superpostas 10 cm. Para formar uma tira de 76 cm de comprimento, com essas duas tiras, a proporção de uma tira que ficará sobreposta é
- (A) $\frac{7}{80}$.
 - (B) $\frac{7}{40}$.
 - (C) $\frac{11}{80}$.
 - (D) $\frac{28}{45}$.
 - (E) $\frac{14}{45}$.
-
19. João tem três cachorros que nasceram em abril. Em maio de 2022, João somou as idades dos cachorros e seus anos de nascimento. A soma de João é igual a
- (A) 6066.
 - (B) 4044.
 - (C) 2022.
 - (D) 8088.
 - (E) 1011.
-
20. Alberto trabalha em uma empresa que paga R\$ 20,00 por hora trabalhada. Quando a semana tem cinco dias úteis, ele trabalha 6 horas por dia, mas quando a semana tem quatro dias úteis ele redistribui, igualmente entre os quatro dias, o total de horas necessárias para receber o mesmo valor semanal. O número de horas diárias trabalhadas por Alberto em uma semana de quatro dias é:
- (A) Sete horas.
 - (B) Sete horas e quarenta e cinco minutos.
 - (C) Seis horas.
 - (D) Sete horas e trinta minutos.
 - (E) Sete horas e quinze minutos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Administração Geral e Pública**

21. Considere que determinada entidade pretenda adotar uma abordagem de gestão por projetos, valendo-se de metodologias e ferramentas consagradas para tal escopo. Nesse contexto, poderá utilizar
- (A) o método *Downsizing*, que propõe a redução das etapas de execução de um projeto e a concentração em um núcleo estratégico especialmente constituído para evitar pulverização de atribuições.
 - (B) a técnica PERT (*Program Evaluation and Review Technique*), focada na escolha de projetos estratégicos da instituição, classificando-os de acordo com uma matriz de relevância.
 - (C) o COBIT (Controle de Objetivos para a Informação e Tecnologia Relacionadas), método de treinamento e capacitação da alta liderança, conferindo a certificação de “gestor master”.
 - (D) a Curva ABC, que classifica os projetos de acordo com uma ponderação de importância, tempo de duração e riscos de execução, com vistas à adoção de medidas preventivas e corretivas.
 - (E) o método do caminho crítico (*Critical Path Method – CPM*), diretamente relacionado com o planejamento do tempo de duração do projeto, monitorando as atividades que não podem sofrer atrasos sob pena de comprometer o prazo de execução.
-
22. Suponha que um consultor contratado para efetuar diagnóstico sobre a motivação em determinado ambiente corporativo e para propor medidas de melhoria, adote como premissa de trabalho a “Teoria X” predicada por McGregor. Nesse contexto, tem-se que referido consultor
- (A) parte da concepção de que o homem médio não gosta do trabalho e evita assumir responsabilidades, necessitando ser controlado e dirigido.
 - (B) acredita que o trabalho é algo natural e satisfatório para a maioria das pessoas, que devem contar com autonomia para realizar suas tarefas.
 - (C) considera que existe uma hierarquia de necessidades a serem atendidas no processo de motivação, partindo dos ligados à subsistência.
 - (D) procurará identificar os objetivos comuns da equipe, capazes de induzir um processo de motivação coletiva, elegendo uma meta central denominada “Fator X”.
 - (E) adotará o conceito da valência, propondo medidas indutoras da motivação e medidas punitivas, de acordo com uma equação que buscará o ponto médio (“Fator X”).
-
23. Entre as diversas categorizações e classificações propostas pela literatura sobre liderança, tem-se o conceito de liderança situacional. Um dos principais estudiosos do tema, Fiedler, apresenta as seguintes variáveis a serem consideradas para uma liderança eficaz:
- (A) traços pessoais do líder, subdivididos em habilidades técnicas e comportamentais, e nível de receptividade do grupo.
 - (B) relações dos membros com o líder (líder-liderado); estrutura das tarefas e posição de poder.
 - (C) desafios e oportunidades do cenário externo e forças e fraquezas presentes na organização.
 - (D) carisma do líder e permeabilidade dos liderados a medidas de indução aplicadas pelo líder.
 - (E) competências requeridas para o desempenho das tarefas e identificação dos mais aptos e vocacionados para cada desafio.
-
24. Em uma avaliação de desempenho realizada utilizando o método dos Incidentes Críticos,
- (A) os avaliados são submetidos a situações críticas em uma dinâmica de grupo e se verifica o grau de prontidão de cada um.
 - (B) o resultado obtido consiste em um ranqueamento dos avaliados utilizado como critério de evolução funcional.
 - (C) a partir das falhas identificadas em determinadas atividades, são escolhidos aqueles que devem ser desligados da organização.
 - (D) o resultado das avaliações baseia-se na pontuação obtida em um questionário no qual são apresentados problemas hipotéticos para cada área da organização.
 - (E) o avaliador considera os aspectos extremamente positivos e os extremamente negativos do trabalho do avaliado.



25. O traço distintivo de uma estrutura organizacional sob a forma matricial, comparativamente a outra que apresente estrutura divisional, consiste na
- (A) adoção do critério de departamentalização funcional ou por produto.
 - (B) apuração de resultados de forma centralizada, nos denominados centros de resultados.
 - (C) existência de órgãos de duração temporária, vinculados a projetos.
 - (D) divisão pelo critério geográfico, com unidades regionais ligadas ao núcleo central.
 - (E) adoção de indicadores de desempenho e metas vinculadas a uma organização modelo.
-
26. Suponha que a avaliação de desempenho levada a efeito em determinada organização pública tenha apresentado vício em função do comportamento do avaliador, que apenas considerou a performance mais recente dos avaliados, deixando de considerar o comportamento e os resultados individuais relativos a todo o período base da avaliação. Trata-se de vício denominado
- (A) Tendência Central.
 - (B) Efeito Horn.
 - (C) Efeito Halo.
 - (D) Recenticidade.
 - (E) Viés de Confirmação.
-
27. O estudioso Henri Fayol apresentou alguns princípios indispensáveis a serem considerados nas organizações formais modernas, entre os quais o da cadeia escalar, segundo o qual
- (A) a unidade absoluta de comando mostra-se ineficiente, sendo mais eficaz a adoção de estruturas descentralizadas.
 - (B) deve haver uma linha de autoridade contínua do topo da hierarquia até os níveis de quem executa o comando ou ordem.
 - (C) a estabilidade de pessoal deve ser abolida a fim de propiciar a eficiência do desempenho das atividades.
 - (D) a verticalização, fundada na unidade de direção, deve ser substituída por centros de coordenação integrados por objetivos.
 - (E) deve haver um escalonamento das funções decisórias e a sua distribuição de acordo com o critério de especialização.
-
28. No que concerne à coordenação no âmbito de uma organização, tem-se que o mecanismo denominado ajuste espontâneo
- (A) é baseado na comunicação entre os responsáveis pelas atividades, sem envolver relação de subordinação e normalmente de maneira informal.
 - (B) configura um desvio ou efeito indesejado, presente quando o administrador não exerce adequadamente a função de coordenação.
 - (C) está presente como resultante da atuação de coordenação e não propriamente no seu exercício, mediante ações corretivas dos processos produtivos.
 - (D) constitui uma técnica rudimentar, presente apenas em organizações mecanicistas, com tarefas repetitivas e sem complexidade.
 - (E) consiste em metodologia aplicada pelos administradores para propiciar o alinhamento da equipe e redução de divergências.
-

Noções de Direito Constitucional

Atenção: Para responder às questões de números 29 a 36, considere a Constituição Federal de 1988.

29. Considere que atualmente Andressa seja brasileira naturalizada, contadora e tenha 35 anos de idade; Adelaide seja brasileira nata, professora aposentada e tenha 72 anos de idade; Crispin seja brasileiro nato, estudante do ensino médio e tenha 16 anos de idade; e Ana seja brasileira nata, comerciante, analfabeta e tenha 50 anos de idade. Para as próximas eleições que ocorrerão no corrente ano, o voto é
- (A) facultativo para Andressa, Adelaide, Crispin e Ana.
 - (B) obrigatório para Andressa; facultativo para Adelaide e Crispin; e proibido para Ana.
 - (C) obrigatório para Andressa e facultativo para Adelaide, Crispin e Ana.
 - (D) facultativo para Adelaide e Crispin; e proibido para Andressa e Ana.
 - (E) obrigatório para Adelaide; facultativo para Crispin e Ana; e proibido para Andressa.
-



30. Augusto, advogado e sócio de determinado escritório de advocacia, é proprietário de um imóvel na área urbana de Teresina. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente
- (A) poderá usar da propriedade particular de Augusto, assegurando a ele indenização ulterior, independentemente de dano.
 - (B) poderá usar da propriedade particular de Augusto, assegurando a ele indenização ulterior, se houver dano.
 - (C) não poderá usar da propriedade de Augusto por ser ela particular, salvo em caso de desapropriação por necessidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
 - (D) poderá usar da propriedade particular de Augusto, sem direito à indenização, mesmo que haja dano.
 - (E) não poderá usar da propriedade Augusto, por ser ela particular, salvo em caso de desapropriação por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
-
31. Fátima é trabalhadora doméstica; Ernani é trabalhador rural; e Viviane é chefe de departamento pessoal em uma empresa privada na cidade de Teresina. Nesses casos,
- (A) Fátima, Ernani e Viviane têm direito, dentre outros, ao 13º salário com base na remuneração integral; à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal; e à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
 - (B) apenas Ernani e Viviane têm direito ao 13º salário com base na remuneração integral; apenas Fátima e Viviane têm direito à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal; e apenas Ernani tem direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
 - (C) Fátima, Ernani e Viviane têm direito ao 13º salário com base na remuneração integral e à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal; e apenas Ernani tem direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
 - (D) apenas Ernani e Viviane têm direito ao 13º salário com base na remuneração integral; Fátima, Ernani e Viviane têm direito à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal; e apenas Ernani tem direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
 - (E) apenas Ernani e Viviane têm direito ao 13º salário com base na remuneração integral e à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal; e apenas Fátima e Viviane têm direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
-
32. Fernandez nasceu no Brasil, quando seus pais, espanhóis, aqui estavam passeando a turismo; Maria nasceu na China, quando seus pais, brasileiros, estavam lá, à serviço do Brasil; e Zuri, filha de pais angolanos, nasceu em Angola, país de língua portuguesa, onde viveu até a sua mudança para o Brasil, o que ocorreu há dois anos e onde reside desde então, de forma ininterrupta. Sabendo-se que todos gozam de idoneidade moral e considerando-se apenas os dados fornecidos,
- (A) Maria é brasileira nata, enquanto Fernandez e Zuri são brasileiros naturalizados se, na forma da lei, tiverem adquirido a nacionalidade brasileira.
 - (B) Fernandez e Maria são brasileiros natos e Zuri é brasileira naturalizada se, na forma da lei, tiver adquirido a nacionalidade brasileira.
 - (C) Fernandez é brasileiro nato, Maria é brasileira naturalizada se, na forma da lei, tiver adquirido a nacionalidade brasileira, e Zuri poderá se naturalizar brasileira se adquirir essa nacionalidade apenas após cinco anos de residência ininterrupta no Brasil.
 - (D) Fernandez é brasileiro nato, Maria é brasileira naturalizada se, na forma da lei, tiver adquirido a nacionalidade brasileira, e Zuri poderá se naturalizar brasileira apenas se residir no Brasil por mais de quinze anos ininterruptos e se não tiver condenação penal, desde que requeira essa nacionalidade.
 - (E) Fernandez e Maria são brasileiros naturalizados se, na forma da lei, tiverem adquirido a nacionalidade brasileira, e Zuri poderá se naturalizar brasileira se adquirir essa nacionalidade apenas após cinco anos de residência ininterrupta no Brasil.
-
33. Lorenzo era servidor público e já havia adquirido estabilidade quando perdeu seu cargo mediante processo administrativo. Considerando apenas os dados fornecidos, a demissão de Lorenzo
- (A) não poderá ser invalidada, pois apenas pode ser invalidada a demissão decorrente de procedimento de avaliação periódica de desempenho, realizado na forma de lei complementar, sendo assegurada ampla defesa.
 - (B) não poderá ser invalidada, em nenhuma hipótese, por expressa vedação constitucional.
 - (C) poderá ser invalidada por sentença judicial, sendo ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, independentemente de ser estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
 - (D) poderá ser invalidada por sentença judicial, sendo ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
 - (E) poderá ser invalidada por sentença judicial, sendo ele reintegrado apenas se o seu cargo não tiver sido ocupado por outro servidor público estável, devendo, no caso dessa situação ter ocorrido, ser colocado em disponibilidade, com direito a indenização.



34. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar

- (A) as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes da administração pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, excluindo-se, porém, os entes da administração pública indireta e os entes de direito público externo.
- (B) os conflitos de competência entre Tribunais Superiores e os Tribunais Regionais do Trabalho.
- (C) as ações de representação sindical apenas entre sindicatos e trabalhadores.
- (D) as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo, excluindo-se, porém, os entes da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

35. Compete à União, dentre outras atribuições,

- (A) explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, sendo que a responsabilidade civil por danos nucleares depende da existência de culpa.
- (B) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, exceto as secas e as inundações.
- (C) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, exceto habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (D) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais.
- (E) manter relações com Estados estrangeiros, sem, contudo, participar de organizações internacionais.

36. Considere:

- I. Aos membros do Ministério Público é garantida a vitaliciedade, após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- II. Aos membros do Ministério Público é vedado receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
- III. É função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- IV. É função institucional do Ministério Público exercer outras funções que lhe forem conferidas, sendo-lhe permitida a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Com relação ao Ministério Público, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e III.

Noções de Direito Administrativo

37. Lucas era responsável pela gestão de um contrato administrativo referente à prestação de serviços de limpeza de caráter contínuo em um órgão público federal. Ao reexaminar o respectivo processo administrativo, deu-se conta de que ele próprio havia, dentro de sua competência legal, aprovado uma apostila de reajustamento dos valores contratuais com erro na fórmula de cálculo, o que iria resultar em prejuízo para a empresa prestadora do serviço.

Diante de tal situação, Lucas, na qualidade de gestor, deverá

- (A) manter o ato como está, pois o princípio da supremacia do interesse público justifica a manutenção da vantagem obtida pela Administração, sem contestação pela empresa contratada.
- (B) representar ao superior hierárquico, para que este anule o apostilamento do reajuste, em observância do princípio da hierarquia.
- (C) promover a anulação do referido ato administrativo, com base no princípio da autotutela.
- (D) revogar o ato administrativo em questão, com base no princípio da discricionariedade.
- (E) promover a cassação do referido ato administrativo, com base no princípio da boa-fé.



38. A Lei nº 13.655/2018 introduziu disposições na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942) que visam promover maior segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público, dentre as quais:
- (A) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
 - (B) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa sempre terá efeito *ex tunc*.
 - (C) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta a evolução da interpretação jurídica dada à matéria, vedada a manutenção de ato praticado em desacordo às novas orientações.
 - (D) As circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente serão consideradas apenas para fins de mitigação de sanções a ele aplicáveis.
 - (E) Na esfera administrativa é vedado decidir com base em valores abstratos.
-
39. As Agências Reguladoras federais são estruturas administrativas que
- (A) são destituídas da personalidade jurídica, visto que têm natureza de órgãos pertencentes à Administração Direta da União.
 - (B) estão subordinadas ao Poder Executivo, devendo submeter suas decisões técnicas ao Ministério a que estão vinculadas.
 - (C) possuem independência total na tomada de suas decisões, sendo dispensadas de motivá-las.
 - (D) possuem natureza de autarquia especial e são dotadas de autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira.
 - (E) são dirigidas por conselho diretor ou diretoria colegiada, cujos titulares são nomeados e exonerados livremente pelo Presidente da República.
-
40. Júlio Vetusto trabalhou por seis anos em sociedade de economia mista federal, após aprovação em concurso público promovido pela entidade. Não satisfeito com tal posição, pediu dispensa após ter sido aprovado em concurso para cargo público efetivo do Ministério da Saúde, nele sendo nomeado e empossado. Foi, todavia, reprovado ao fim do estágio probatório. Em relação à posição anteriormente ocupada na sociedade de economia mista, Júlio
- (A) faz jus à recondução.
 - (B) faz jus à reintegração.
 - (C) faz jus à reversão.
 - (D) faz jus ao aproveitamento.
 - (E) não faz jus a qualquer provimento derivado.
-
41. Um órgão público pretende contratar empresa para prestar um serviço comum de engenharia, definido pela Lei nº 14.133/2021 como aquele *que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens* (art. 6º, XXI, "a"). Para licitar tal contratação, a Administração deverá empregar, dentre as modalidades nela previstas,
- (A) concorrência ou pregão.
 - (B) pregão, exclusivamente.
 - (C) concorrência, exclusivamente.
 - (D) pregão ou leilão.
 - (E) concorrência ou diálogo competitivo.
-
42. Diversos Estados brasileiros passaram a produzir legislação de combate ao trabalho análogo à escravidão, determinando que as empresas que sejam condenadas pela prática percam o seu registro de contribuinte estadual, ficando assim impedidas de operar no território estadual. À luz da teoria dos atos administrativos, o cancelamento do registro deve ser classificado como um ato de
- (A) caducidade.
 - (B) confisco.
 - (C) encampação.
 - (D) cassação.
 - (E) expropriação.



43. A propósito das regras de competência, a Lei de Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999) estatui que
- (A) a delegação somente se dá entre órgãos e agentes hierarquicamente relacionados.
 - (B) inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a máxima autoridade do órgão.
 - (C) a avocação é baseada no princípio hierárquico e independe de motivação.
 - (D) o ato de delegação é de natureza interna e independe de publicação.
 - (E) as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
-
44. No tocante à atividade de controle da Administração Pública,
- (A) dentre os possíveis efeitos do julgamento pelo Tribunal de Contas da União está a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.
 - (B) no exercício da atividade de controle interno admite-se apenas o controle de juridicidade, não havendo possibilidade de controle de mérito do ato administrativo.
 - (C) os pareceres emitidos pelo Tribunal de Contas da União sobre as contas do Presidente da República são de natureza vinculante.
 - (D) a propositura de ação visando o controle jurisdicional dos atos administrativos exige, como regra geral, que haja prévio esaurimento da via administrativa.
 - (E) o controle parlamentar é de natureza inerte, dependendo sempre de provocação de parte interessada em suscitá-lo.

Noções de Direito do Trabalho

45. Marivaldo celebrou contrato de experiência com a empresa Aroma Bom Indústria e Comércio de Essências Ltda., com duração de 30 dias, para exercício das funções de auxiliar de estoque. Ao término do prazo fixado, o contrato de experiência foi prorrogado por mais 30 dias. Ao final desse segundo período, novamente o contrato foi prorrogado por mais 60 dias. As prorrogações realizadas são, nos termos da legislação consolidada e jurisprudência sumulada do TST,
- (A) inválidas, porque o contrato de experiência não admite prorrogação.
 - (B) inválidas, porque a prorrogação do contrato de experiência somente pode se dar por períodos iguais ao inicial.
 - (C) inválidas, porque o contrato de experiência somente pode ser prorrogado uma única vez e desde que respeitado o limite máximo de 90 dias.
 - (D) válidas, porque o contrato de experiência somente não pode ser prorrogado para empregados que exercem cargo de confiança.
 - (E) válidas, porque as prorrogações foram inferiores a 90 dias cada uma.
-
46. Melchíades foi contratado em 10/01/2022, por prazo indeterminado, pela empresa Guloseima Comércio de Alimentos Ltda. No dia 18/07/2022 Melchíades se desentendeu com seu superior hierárquico e a discussão se agravou, com ofensas morais graves de cada uma das partes em relação à outra. Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, além do saldo de salário, são devidas ao empregado, a título de verbas rescisórias, nos termos da CLT e jurisprudência sumulada do TST, apenas
- (A) aviso prévio, 13º salário proporcional, férias proporcionais e indenização que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, pela metade.
 - (B) 13º salário proporcional e férias proporcionais.
 - (C) 13º salário proporcional, férias proporcionais e indenização que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, pela metade.
 - (D) 50% do aviso prévio, 50% do 13º salário, 50% das férias proporcionais e indenização que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, pela metade.
 - (E) 50% do aviso prévio, 50% do 13º salário, 50% das férias proporcionais.
-
47. Considerando real necessidade de serviço, Ariela, que exerce funções de extrema confiança, foi transferida pelo empregador para trabalhar na unidade da empresa que fica na cidade de Lisboa, em Portugal. A partir da transferência, além do salário, Ariela passou a receber mensalmente uma ajuda de custo. Considerando tal situação, a empresa, conforme a legislação federal e jurisprudência pacificada do TST,
- (A) continua obrigada a recolher, no Brasil, FGTS sobre o salário pago, mas não sobre o valor da ajuda de custo, já que tal verba não tem natureza salarial.
 - (B) continua obrigada a recolher, no Brasil, FGTS sobre o salário pago e sobre o valor da ajuda de custo, já que tal verba tem natureza salarial.
 - (C) não continua obrigada a recolher, no Brasil, FGTS, tendo em vista que este não incide sobre pagamentos referentes a trabalho prestado no exterior.
 - (D) não continua obrigada a recolher, no Brasil, FGTS, tendo em vista o exercício no exterior de cargo de confiança.
 - (E) não continua obrigada a recolher, no Brasil, FGTS sobre o salário pago, já que o trabalho está sendo executado no exterior, mas tem que recolher sobre a ajuda de custo, já que esta tem origem na própria transferência.



48. Rodnei é auxiliar de contabilidade na Grax Indústria de Óleos e Lubrificantes Industriais Ltda. e trabalha em um dos edifícios administrativos da empresa, que fica bastante distante da área industrial. No entanto, uma vez por semana, tem que ir até outro edifício administrativo onde fica a diretoria da empresa, para reunião, sendo que nesse trajeto passa por um depósito de produtos químicos utilizados na produção industrial. Considerando que esse percurso demora no máximo 3 minutos, Rodnei, com base na CLT e na jurisprudência sumulada do TST,
- (A) tem direito ao adicional de periculosidade, no valor de 30% sobre o salário, tendo em vista que está exposto a risco de vida, em razão dos produtos inflamáveis.
 - (B) tem direito ao adicional de periculosidade, no valor de 10% sobre o salário, tendo em vista a exposição ao risco de vida, em grau mínimo, considerando que apenas passa pelo depósito de produtos inflamáveis.
 - (C) tem direito ao adicional de periculosidade, em valor proporcional ao tempo de exposição ao risco de vida, em razão dos produtos inflamáveis.
 - (D) não tem direito ao adicional de periculosidade, porque não exerce atividades que tenham contato permanente com produtos inflamáveis.
 - (E) não tem direito ao adicional de periculosidade, porque o contato com os produtos inflamáveis, embora seja habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.
-
49. Aquiles foi contratado em 04/10/2021 pela empresa Destinos Operadora de Turismo Ltda., para exercer a função de diretor financeiro. Em 04/07/2022, em razão de proposta de emprego que recebeu de outra empresa, pediu demissão da Destinos. Considerando essa situação, Aquiles, à luz da CLT e jurisprudência sumulada do TST,
- (A) não tem direito ao recebimento de férias proporcionais, tendo em vista que pediu demissão.
 - (B) não tem direito ao recebimento de férias proporcionais, porque exercente de cargo de confiança.
 - (C) não tem direito ao recebimento de férias proporcionais, porque não completou um ano de serviço na empresa.
 - (D) tem direito ao recebimento da remuneração relativa ao período incompleto de férias na proporção de 1/12 avos por mês de serviço, ou fração superior a 14 dias.
 - (E) tem direito ao recebimento da remuneração relativa ao período incompleto de férias na proporção de 1/9 avos por mês de serviço.
-
50. Através de regulamento interno a empresa Glamour Indústria de Confeções Ltda. assegurou a seus empregados, mediante adesão voluntária e em regime de coparticipação, um plano de saúde com cobertura assistencial ampla. Após cinco anos, a empresa institui novo regulamento interno que também, mediante adesão voluntária, assegura um plano de saúde, com cobertura assistencial menos ampla, mas integralmente custeado pela mesma. Considerando que Edilton, empregado da Glamour, havia aderido ao plano de saúde do primeiro regulamento, nos termos da legislação consolidada e jurisprudência sumulada do TST,
- (A) é vedada sua adesão ao plano de saúde previsto no novo regulamento, pois isso significará alteração ilícita do contrato de trabalho.
 - (B) se ele aderir ao plano de saúde previsto no novo regulamento, sua opção tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do regulamento anterior.
 - (C) sua adesão ao plano de saúde previsto no novo regulamento somente terá validade se dela não resultar prejuízos para ele.
 - (D) ele poderá utilizar o que for mais favorável de cada um dos planos de saúde, já que a inalterabilidade das condições mais benéficas é regra imperativa.
 - (E) ele poderá aderir ao plano de saúde previsto no novo regulamento, mas após dois anos da adesão deve ser verificado se a adesão foi prejudicial e, se isso ocorrer, ele retorna ao plano de saúde do regulamento anterior.
-
51. A empresa Aluminium Indústria e Comércio Ltda. pretende fazer uma reestruturação em relação à jornada de trabalho, aos períodos de descanso e à composição salarial de seus empregados e, para tanto, propõe ao Sindicato representante dos trabalhadores a celebração de acordo coletivo de trabalho prevendo a adoção de intervalo intrajornada de 30 minutos para os empregados que cumprem jornada de oito horas diárias, estabelecimento de repouso remunerado a cada duas semanas de trabalho, supressão do pagamento de comissões para os empregados da área de vendas, férias anuais de 20 dias e modalidade diferenciada de registro de jornada de trabalho. Considerando a amplitude dada pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) às normas coletivas de trabalho, poderão ser objeto do acordo coletivo firmado pela Aluminium com o Sindicato dos trabalhadores
- (A) adoção de intervalo intrajornada de 30 minutos para os empregados que cumprem jornada de oito horas diárias, estabelecimento de repouso remunerado a cada duas semanas de trabalho e modalidade diferenciada de registro de jornada de trabalho.
 - (B) adoção de intervalo intrajornada de 30 minutos para os empregados que cumprem jornada de oito horas diárias e modalidade diferenciada de registro de jornada de trabalho.
 - (C) estabelecimento de repouso remunerado a cada duas semanas de trabalho, supressão do pagamento de comissões para os empregados da área de vendas, férias anuais de 20 dias.
 - (D) estabelecimento de repouso remunerado a cada duas semanas de trabalho e férias anuais de 20 dias.
 - (E) adoção de intervalo intrajornada de 30 minutos para os empregados que cumprem jornada de oito horas diárias, estabelecimento de repouso remunerado a cada duas semanas de trabalho, férias anuais de 20 dias e modalidade diferenciada de registro de jornada de trabalho.



52. Considerando os entendimentos pacificados pelo Tribunal Superior do Trabalho através de Súmulas e Orientações de sua Jurisprudência uniformizada, em relação à prescrição de direitos trabalhistas,
- (A) da extinção do primeiro contrato começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação em que se objetiva a soma de períodos descontínuos de trabalho.
 - (B) tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a total.
 - (C) a prescrição começa a fluir no final da data do término do aviso prévio, desde que o mesmo tenha sido trabalhado.
 - (D) a pretensão a diferenças de complementação de aposentadoria sujeita-se à prescrição parcial e quinquenal, salvo se o pretense direito decorrer de verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já alcançadas pela prescrição, à época da propositura da ação.
 - (E) a suspensão do contrato de trabalho, em virtude da percepção do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, impede, em qualquer hipótese, a fluência da prescrição quinquenal.

Noções de Direito Processual do Trabalho

53. O advogado de Teobaldo foi intimado na 6ª feira, 10/12/2021, da sentença que julgou improcedente a reclamação trabalhista pelo mesmo ajuizada. Considerando que a Justiça do Trabalho entra em recesso anualmente no período compreendido entre 20 de dezembro e 06 de janeiro, nos termos da CLT e jurisprudência sumulada do TST, o prazo para interposição do recurso ordinário, que é contado em dias
- (A) corridos, venceu em 18/12/2021.
 - (B) corridos, venceu em 20/12/2021.
 - (C) úteis, venceu em 07/01/2022.
 - (D) úteis, venceu em 25/01/2022.
 - (E) úteis, venceu em 10/01/2022.
54. A empresa Sonho Indústria de Panificação Ltda., que está em recuperação judicial, foi condenada em reclamação trabalhista, e pretende interpor recurso ordinário da decisão. Para a interposição do recurso, a empresa deve pagar e comprovar, no prazo recursal, conforme a legislação consolidada e jurisprudência sumulada do TST, o recolhimento
- (A) das custas de 2% sobre o valor da condenação, estando isenta do depósito recursal.
 - (B) das custas de 2% sobre o valor da condenação, e do depósito recursal.
 - (C) do depósito recursal, estando isenta do pagamento de custas.
 - (D) do depósito recursal, sendo que o recolhimento das custas de 2% sobre o valor da condenação somente será devido ao final do processo.
 - (E) do valor de 50% do depósito recursal, e das custas de 1% sobre o valor da condenação.
55. Considerando as peculiaridades do rito sumaríssimo no processo do trabalho, o legislador impôs uma maior celeridade e uma menor formalidade ao procedimento, inclusive em relação aos recursos interpostos das decisões nele proferidas. Considerando essas previsões legais e o entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) os prazos recursais são contados em dias corridos.
 - (B) o recurso ordinário será imediatamente recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de 5 dias e o revisor, nos 5 dias subsequentes.
 - (C) somente será admitido recurso de revista por violação direta da Constituição Federal.
 - (D) no recurso de revista não será feito exame prévio da transcendência da causa, com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social e jurídica.
 - (E) somente será admitido recurso de revista por violação direta da Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial deste Tribunal, ante a ausência de previsão legal.
56. Sendo a audiência trabalhista um momento relevante para o processo, as partes deverão nela estar presentes. Assim, de acordo com a CLT e jurisprudência sumulada do TST,
- (A) aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor.
 - (B) a revelia produz efeitos mesmo se, havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação.
 - (C) ausente o reclamado, a presença do seu advogado, ainda que munido de procuração e da defesa, não elide a revelia.
 - (D) a tolerância para atraso das partes à audiência é de 5 minutos, sendo que ultrapassado esse período será decretada a revelia ou arquivados os autos.
 - (E) é facultado ao empregador fazer-se substituir na audiência por preposto, que deverá ser empregado da parte reclamada.



57. Alzira ajuizou reclamação trabalhista em face da Tecelagem Mil Fios, pleiteando horas extras, diferenças salariais decorrentes de equiparação salarial, adicional de insalubridade e indenização por danos morais. A ação foi julgada parcialmente procedente, com a condenação da Mil Fios ao pagamento do adicional de insalubridade. Considerando o resultado da ação, à luz da previsão da legislação consolidada,
- (A) somente seriam devidos honorários de sucumbência ao advogado do reclamado em caso de improcedência da ação.
 - (B) o juízo arbitrar honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.
 - (C) independentemente do resultado da ação, no processo do trabalho não são devidos honorários de sucumbência aos advogados.
 - (D) somente seriam devidos honorários de sucumbência ao advogado do reclamante se este estivesse assistido pelo Sindicato.
 - (E) os honorários de sucumbência no processo do trabalho são fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% do proveito econômico obtido.
-
58. Maribela, representada por advogado, teve êxito em reclamação trabalhista ajuizada em face de seu ex-empregador, que foi condenado ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de redução das comissões, de adicional noturno e horas extras pela supressão parcial do intervalo intrajornada. Transitada em julgado a decisão, nos termos da CLT,
- (A) a execução poderá ser promovida de ofício pelo juiz, tendo em vista a natureza alimentar das verbas trabalhistas deferidas em sentença.
 - (B) Maribela deverá dar início à execução, no prazo de seis meses, sob pena de incidência da prescrição intercorrente.
 - (C) as partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente.
 - (D) o juiz deverá remeter o processo para o setor de cálculos, que fará a liquidação da condenação, abrangendo o valor das contribuições previdenciárias devidas.
 - (E) a execução deverá ser promovida na Vara Especializada em Execuções, que é o órgão que detém competência para tal fase processual.
-
59. Os pedidos formulados na reclamação trabalhista ajuizada por Nilo em face da empresa LimpaLimpa Serviços de Limpeza Ltda. totalizam valor equivalente a 30 salários mínimos. Considerando essa situação, tendo em vista a legislação consolidada,
- (A) será designada audiência inicial para tentativa de conciliação e, somente se as partes não se conciliarem, o juiz designará audiência de instrução.
 - (B) os pedidos deverão ser certos ou determinados e indicarão o valor correspondente.
 - (C) na audiência de instrução poderão ser ouvidas até o máximo de três testemunhas.
 - (D) as partes serão intimadas da sentença no prazo de 5 dias após sua prolação.
 - (E) as testemunhas deverão ser intimadas para comparecimento à audiência de instrução e o seu não comparecimento implicará em condução coercitiva.
-
60. Lucília recebeu, no dia 04 de abril de 2022, segunda-feira, uma notificação para comparecer em uma audiência trabalhista designada para o dia 13 de abril de 2022, na qual deveria apresentar sua defesa escrita em relação aos fatos alegados por Jucélia, que foi sua empregada doméstica. No dia 11 de abril de 2022, Lucília encaminhou a notificação para seu advogado, para que o mesmo tomasse as providências cabíveis. Considerando tal fato, com base na previsão da CLT, Lucília
- (A) não precisa comparecer à audiência porque nomeou advogado para representá-la e apresentar sua defesa.
 - (B) deverá comparecer à audiência e requerer prazo para apresentação da defesa, tendo em vista que seu advogado não teve tempo hábil para a elaboração da mesma.
 - (C) não precisa comparecer à audiência, porque a notificação foi recebida com menos de 15 dias da data designada para a audiência.
 - (D) deverá comparecer à audiência e apresentar defesa, tendo em vista que para os processos envolvendo questões de empregado doméstico o prazo de antecedência para a notificação é de 48 horas.
 - (E) deverá comparecer à audiência e apresentar defesa, tendo em vista que a notificação foi recebida com antecedência maior do que 5 dias da data designada para a audiência.